

## Identities Sexuais Não-Hegemônicas: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica *Queer*

**Autoria:** Helio Arthur Reis Irigaray

**Resumo:** Esta pesquisa visou a estudar como os indivíduos cuja identidade sexual não é hegemônica, notadamente as travestis e transexuais, se inserem no mundo do trabalho. Para tal, foi conduzida uma pesquisa empírica, na qual foram entrevistadas 10 travestis e 4 transexuais, na cidade do Rio de Janeiro, visando a apreender suas histórias de vida. Este trabalho fundamenta-se nas premissas ontológicas da pós-modernidade, especificamente da teoria *Queer*. Metodologicamente, valemo-nos da fenomenologia, ao tomar emprestado o olhar das entrevistadas. Os dados coletados – observações e entrevistas – foram transcritos e submetidos à análise do discurso, aqui entendida como um instrumento de análise do deslocamento da história das ideias para os dispositivos enunciativos e para a dimensão dialógica da atividade discursiva. O arcabouço teórico, o qual permitiu a análise dos dados, foram os trabalhos antropológicos sobre as travestis brasileiras e a discussão de Butler sobre a legislação não-voluntária da identidade, a qual desvelou os mecanismos sociais que estabelecem imposições identitárias, as quais resultam numa rígida barreira de inserção social e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. O campo revelou que, no que tange a sua identidade, apesar de adotarem nomes femininos, tratarem-se por pronomes e adjetivos femininos, usarem roupas femininas, consumirem hormônios femininos e injetarem litros e litros de silicone industrial, num doloroso processo de adquirirem formas femininas, as travestis se percebem como “*homens que desejam outros homens, tão ardentemente, a ponto de se modelarem como o objeto de prazer e desejos destes homens*”. Mais do que isso, apenas o fato de ser travesti não gera uma categoria identitárias; uma vez que dentro deste macrogrupo, há subdivisões – e discriminação – por etnia, idade e classe social. Da análise dos discursos das entrevistadas, emergiram três categorias: rejeição, violência e transitoriedade. A primeira se fez presente nos relatos das interações familiares e sociais (principalmente a escola, na infância e adolescência). A segunda caracterizou-se pela extrapolação da primeira, pois todas as travestis narraram ter sido agredidas física e emocionalmente por parentes, professores, colegas de classe e desconhecidos. A mais sutil de todas as categorias emergentes foi a transitoriedade. Ficou patente ao longo de suas falas a dificuldade em estabelecer laços afetivos sólidos, exceto com a própria genitora. Assim, devido ao fato de terem pouca educação formal, a maioria das travestis e transexuais não tem acesso ao mercado de trabalho formal, exceto em posições operacionais, notadamente nas indústrias de beleza, moda e entretenimento. Aquelas que conseguem acesso ao *mainstream*, mesmo em empresas que possuem políticas de diversidade, são alvo de agressão, intolerância e forçadas a utilizar a identidade social masculina.

## Introdução

Os estudos sobre a correlação entre investimento em capital humano e pobreza, bem como escolaridade e determinação dos salários da força de trabalho, sugerem que a facilidade em se obter estágio, ou emprego, notadamente em grandes empresas, é diretamente proporcional à instituição de ensino de origem, idade, desempenho acadêmico e classe social dos discentes (CAMARGO; ALMEIDA, 1994; SEABRA, 2002). Mas e se este indivíduo, apesar de jovem, rico, aluno de uma das melhores escolas de Administração do país e com alto CR (coeficiente de rendimento) for um travesti e quiser estagiar no mercado financeiro?

Esta é a história de vida de um jovem, neste estudo referido pelo nome social (fictício) de Fernanda. Ela teria todos os atributos necessários para estagiar em qualquer empresa de grande porte: articulação, fluência em idiomas estrangeiros e bom desempenho escolar. O desejo de Fernanda sempre foi estagiar num banco de investimento ou na área financeira de uma grande empresa.

No sentido de ajudá-la, mas ciente de que sua identidade social poderia ser um problema, pessoalmente, entrei em contato com nove amigos, os quais exercem as funções de diretores, presidentes e gerentes gerais de grandes bancos e empresas, as quais declaram possuir uma ampla política de diversidade e respeito às diferenças. Todas as respostas, sem exceção, foram negativas e muito semelhantes: “*sim, ela, ele [pausa de dúvida] pode ser bom, mas é um travesti. Não há lugar para este tipo de gente no mundo corporativo [em tom de voz assertivo]*”; ou ainda, “*será que ela não prefere trabalhar com artes ou moda?*”; “*aqui no banco não, mas tenho um amigo que tem uma agência de turismo, talvez lá se possa arrumar alguma coisa*”, “*mas você também conhece cada tipo tão estranho, aqui não é a Suécia não*” [diretor de uma empresa multinacional de origem sueca].

Por que não há espaço para **as** travestis no ambiente de trabalho? Esta realidade é resultante do fato de estas cidadãs serem discriminadas (THOMPSON; NOEL; CAMPBELL, 2004) e segregadas, uma vez que elas têm negado - ou severamente limitado - seu acesso aos espaços públicos (KULICK, 2009). Ademais, historicamente, as empresas têm sido administradas – e estudadas - como entidades assépticas e hegemônicas, nas quais os indivíduos convivem de forma funcional e neutra em prol de objetivos comuns (IRIGARAY, 2008). A rigor, apenas em meados do século passado, a diversidade da força de trabalho entrou na pauta das discussões corporativas e acadêmicas (FLEURY, 2000; ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004). No entanto, ainda persevera uma lacuna sobre os indivíduos que comportam socialmente como membros do sexo oposto: as travestis e as transexuais. Elas são o objeto deste estudo, cuja pergunta de investigação ficou assim definida: como os indivíduos cuja identidade sexual não é hegemônica se inserem no mundo do trabalho?

Para respondê-la, apoiamo-nos nas premissas ontológicas da pós-modernidade, a qual, ao levar em conta a desorganização, o desarranjo e a flexibilidade existentes no tecido social (HASSARD, 1993), possibilita-nos resgatar as múltiplas vozes e realidades (BAUDRILLARD, 1968), que são esquecidas, negligenciadas e silenciadas pelo *mainstream* (BENHABIB, 2005).

Metodologicamente, valemo-nos da fenomenologia, a qual nos permite tomar emprestado o olhar do outro e apreender o mundo sob uma nova ótica. Desta forma, obviamente, não acreditamos que seja possível a neutralidade epistemológica; no entanto, ao longo desta pesquisa, buscamos manter total imparcialidade (*epoché*). A coleta de dados, por sua vez, consistiu de técnicas de observação sistemática e entrevistas, as quais visaram acessar a realidade e percepção destes indivíduos por meio de suas histórias de vida (CAVEDON, 2000; WODAK, 1997). Os dados foram submetidos à análise do discurso, no sentido de apreender o *corpus* de interação social dos actantes, os diferentes participantes implicados em

uma ação e que têm nela um papel ativo ou passivo (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004).

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na próxima discute-se sua justificativa e limitação. Na terceira, apresenta-se o percurso metodológico. A quarta trata das revelações do campo, as quais são analisadas à luz do aporte teórico, o qual é apresentado e discutido simultaneamente. Finalmente, na quinta e última seção, são apresentadas as reflexões finais.

### **Relevância e delimitação do Estudo**

No que tange aos homossexuais, há um *locus* social de tolerância reservado apenas àqueles que são detentores de capital econômico (“*pink dollar*”) e intelectual (IRIGARAY, 2008), dado que, na sociedade capitalista, há o esvaziamento político da cidadania, da privatização da vida das pessoas e da projeção da economia sobre a política.

Já as travestis e transexuais, em sua grande maioria, pertencem às classes sociais mais baixas (PELÚCIO, 2005), e por conta de sua identidade sexual são discriminadas, estigmatizadas, silenciadas e invisibilizadas (BENEDETTI, 2005). Desta forma, a relevância deste estudo jaz no fato de dar-se voz a esta minoria, combatendo assim a naturalização da ideia de que a existência destas cidadãs só seja autorizada dentro de um gueto. Estudar a incorporação das travestis ao mundo do trabalho, notadamente o formal, é contribuir para que sua cidadania seja reconhecida e devidamente instaurada, no sentido de que elas possam participar, ativamente, do processo produtivo e da vida social.

O objeto de estudo desta pesquisa limita-se a homens, entre 19 e 65 anos, residentes na área metropolitana do Rio de Janeiro, que se travestem, assumindo uma identidade social feminina, e que estão inseridos no mercado de trabalho, formal ou informal. Alguns destes homens efetuaram a operação de mudança de sexo. Não se contempla nesta pesquisa, as mulheres na mesma situação, nem as intergêneros e *drag queens*, nem objetiva-se aprofundar as discussões antropológicas, sociológicas e psicológicas sobre as travestis e transexuais; entretanto, fez-se imperioso tangenciá-las para responder a pergunta de investigação que pautou esta pesquisa.

Por definição, travestis são indivíduos do sexo masculino que se vestem de mulher durante todo o dia; intergêneros são os popularmente denominados de hermafroditas; transexuais, aqueles que se submeteram à operação para mudança de sexo e, finalmente, *drag queens*, homens que se vestem de mulher, geralmente de forma, caricaturesca para espetáculos.

### **Estratégia metodológica**

Por partir do pressuposto que existem múltiplas realidades, a ida ao campo pautou-se pela busca em tomar emprestado o olhar do outro: entender e interpretar as experiências de cada indivíduo a partir de suas perspectivas peculiares. Todavia, por se tratar de um estudo de cunho subjetivo, as crenças e paradigmas do pesquisador foram articuladas com o objeto de pesquisa, para que o mesmo fosse apreendido.

A coleta de dados se deu por meio da técnica de bola de neve (*snowball*), onde um indivíduo indica o outro. Por serem mais facilmente identificadas, estarem organizadas civilmente, e serem alvo de um projeto de inclusão social da Prefeitura do Rio de Janeiro (Projeto Damas), as travestis foram mais acessíveis. Por meio delas, obteve-se acesso às transexuais. No total, foram entrevistadas dez travestis e quatro transexuais.

Das 14 entrevistas, duas foram realizadas no ambiente de trabalho das participantes; as restantes, na sede da associação civil da qual elas fazem parte (ASTRAL – Associação das

Travestis e Liberados). As conversas duraram em média 50 minutos. Todas as entrevistadas foram informadas sobre o objetivo final da pesquisa e, após catalogados e analisados os dados, foi efetuado o movimento de *saída de campo*, ou seja, foi entregue uma cópia do relatório final a cada uma das 14 entrevistadas, com as conclusões da pesquisa.

As entrevistas, que, em sua essência relatam histórias de vida, foram transcritas e submetidas à análise do discurso, pois entender a linguagem dos actantes é entender suas ações sociais (WODAK, 1997). Este *agir social* se caracteriza pelo fato de que toda ação é *teleológica*, na medida em que os atores sociais põem em ação estratégias eficazes, racionais, a fim de chegar a um consenso; *regulada*, no sentido de que movimentos acionais dependem de normas que são estabelecidas pelo grupo de que esses atores fazem parte; *intersubjetiva*, na medida em que os atores sociais colocam-se em cena, oferecendo ao outro uma certa imagem de si, para produzir um certo efeito sobre eles.

Neste estudo, não se entende como análise do discurso apenas uma extensão dos procedimentos distribucionais a unidades transfrásticas (HARRIS, 2004), etnografia da comunicação (GUMPERZ; HYMES, 1964), nem a análise conversacional de inspiração etnometodológica (GARFINKEL, 1967); antes, como um instrumento de análise do deslocamento da história das ideias para os dispositivos enunciativos (FOUCAULT, 2004) e para a dimensão dialógica da atividade discursiva (BAKTHINE, 2003). Por isso, optou-se por um roteiro compatível com a entrevista focada, semi-estruturada (GOLDENBERG, 2000) e por entrevistados inseridos na arena cultural da situação e que mostraram-se dispostos a participar (RUBIN; RUBIN, 1995).

Ademais, como já apontado por Cavedon e Ferraz (2000), trabalhar com histórias de vida possibilita trazer à cena da pesquisa novos fatos e preocupações teóricas, algo que a historiografia ou os relatos oficiais disponibilizados nas fontes escritas não são capazes de captar. A partir dos relatos dos participantes, teorizações podem ser postas em xeque ou repensadas.

Para Becker (1994) a história de vida, assim como a observação participante, permite ao pesquisador ter uma noção de processo daquilo que investiga. Becker (1994) e Debert (1986) chamam atenção que nas histórias de vida, obtêm-se fragmentos desconexos, incoerentes e ambíguos que vão contribuir para a compreensão do todo. As histórias de vida são “mosaicos que onde os diferentes fragmentos contribuem diferentemente para a nossa compreensão: alguns são úteis pela sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto” (BECKER, 1994:104).

Bourdieu (1999) também corrobora com a ideia de que, por meio de histórias de vida, os pesquisadores podem acessar as estruturas sociais e seu funcionamento, e que as narrativas das dificuldades mais pessoais, das tensões e contradições, na aparência, mais estritamente subjetivas acabam exprimindo, muitas vezes, as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições. Esta concepção de “*dispositivos analisadores práticos*” (BOURDIEU, 1999:236) foi extremamente útil no tratamento dos dados coletados, pois os entrevistados se reconheceram, mesmo que não explicitamente, “*numa zona de conflitos e contradições sociais*”. Dispositivos analisadores práticos são indivíduos que ocupam posições instáveis, nas quais as estruturas sociais estão em ação e, por esse fato, movidos pelas contradições da mesma, são obrigados, para viver ou sobreviver, “*a praticar uma forma de auto-análise que, muitas vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas que se exprimem por meio delas*” (BOURDIEU, 1999:236).

Isto posto, na seção que se segue, apresentam-se e discutem-se as revelações obtidas no campo à luz do referencial teórico, o qual é introduzido simultaneamente.

### **Revelações do campo**

### *Sexo, gênero e cultura: a ótica queer*

A sociedade capitalista industrial, a qual se desenvolveu a partir do século XVIII, não tem se recusado em conhecer o sexo; pelo contrário, buscou instaurar e capacitar um eficaz aparelho de produção de discursos sobre o sexo (FOUCAULT, 1988). Desta forma, o sexo passa a ser uma atividade econômica; contudo, ele se inscreve não somente numa “*economia do prazer, mas também num regime ordenado do saber*” (FOUCAULT, 1988:68). Assim, na visão modernista, a qual pauta a lógica burguesa, o sexo, bem como o gênero, caráter, orientação sexual, se reduz a uma lógica binária dicotômica: lícito ou ilícito; permitido ou proibido (FOUCAULT, 1988). É esta premissa ontológica que a *queer theory* questiona.

A *Queer theory* é uma visão mais radical do humanismo crítico de Dewey, Rorty, Blumer e Becker, que tem por objetivo desmascarar a aparente lógica da realidade, quebrando todas as suas articulações; portanto, ela é a *pós-modernização* dos estudos sobre gênero e sexo. Ela traz no seu bojo a desconstrução de todas as categorias convencionais de sexualidade e gênero, pois questiona todos os textos e discursos ortodoxos sobre as funções e papéis do gênero e sexualidade no mundo moderno (PLUMMER, 2005). Neste sentido, estruturar uma pesquisa, abordar o objeto científico e ordenar os fenômenos observados, valendo-se da lógica *queer*, significa confrontar as ideias de que haja uma única leitura da realidade e de que exista algo que possa ser chamado de “normal” ou “normalidade”.

Entre todas as descrições de *Queer Theory*, neste estudo, aceita-se que ela seja uma “*forma particular de leitura cultural e codificação textual capaz de criar espaço para categorias não convencionais como homo, hétero, bi e transexuais*” (DOTY, 2000:4). Desta forma, valer-se deste método preconiza desconstruir os discursos existentes por meio de novas abordagens e categorias, desafiando todo tipo de interpretação fechada em categorias pré-definidas pela hegemonia masculina; combatendo, assim, a ideia de que os gêneros, papéis e posições – masculino e feminino – limitam-se às vivências sexuais.

A *teoria queer* volta-se contra a legislação não-voluntária da identidade (BUTLER, 2006:22) e, neste sentido, busca desvelar os mecanismos sociais que estabelecem imposições identitárias, as quais, posteriormente, resultarão numa rígida barreira de inserção social e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

A imposição social das identidades sexuais revelou-se uma principal fonte de sofrimento para os entrevistados. Emanuelle, a mais velha de todas as travestis, relatou que :

(01) “*eu sempre me vi como uma menina, me sentia uma menina; mas meu pai queria um filho homem. Me deu nome de homem (...) quanto mais crescia, mais me via como menina (...) ele [o pai] me batia como se eu fosse culpada, pois tinha que ser homem(...) Na minha cabeça eu tinha que ser alguma coisa e decidi viver como mulher, me vestir como mulher, me rebatizei, mas sei que não sou uma mulher, mas também não sou homem. Nem eu sei o que eu sou. Ah, sei sim. Sou uma estrela, uma diva, mas um doutor uma vez me chamou de anomalia da natureza”.*

Neste fragmento de texto (01), a seleção lexical “*na minha cabeça eu tinha que ser alguma coisa*”, a interlocutora denuncia que seu maior dilema, desde a infância, foi necessitar de uma categoria, a qual fora socialmente criada e previamente estabelecida, para tornar a sua vida habitável. Não raramente, as transexuais e travestis são adjetivadas como uma “*anomalia*”, seres que subvertem a ordem da natureza. No entanto, estes sujeitos, cujas identidades sexuais não são hegemônicas, compartilham, com o resto da sociedade, dos mesmos sistemas simbólicos significativos para os gêneros.

Neste fragmento de discurso (01), Emanuelle valeu-se de dois tropos interlocutórios (DUMARSAIS, 1968). Os tropos, por definição, são figuras por meio das quais atribui-se

uma significação que não é precisamente aquela própria da palavra, neste caso “*estrela*” e “*diva*”. Estes dois tropos emprestam às idéias uma forma estrangeira que “as mascara sem as esconder” (FONTANIER, 168:167); assim, a camuflagem do verdadeiro sentido leva ao seu desvelamento; ou seja, a auto-imagem percebida de Emanuelle em contraposição a do médico, cuja profissão o posiciona num patamar quase mítico, o qual representa a sociedade hegemônica. Coube a mim, como receptor da mensagem, não capturar o sentido literal, mas apreender a duplicidade do tropo utilizado pela emissora, uma vez que este implicou numa espécie de *clivagem* da mesma.

A questão do gênero também se fez presente no mesmo fragmento de discurso (01). A seleção lexical “*na minha cabeça eu tinha que ser alguma coisa*” remete-nos à questão de gênero, o qual no *Weltanschauung* pós-moderno, reflete o conceito de *performatividade* discutido por Butler (2003). Sob a ótica *queer*, gênero é totalmente desassociado da ideia voluntarista de representar um papel socialmente definido como masculino ou feminino, mas se fundamenta na reiteração de normas, as quais precedem os agentes e que, sendo permanentemente reiteradas, reificam aquilo que nomeiam. Desta forma, corroboramos com os argumentos de Miskolci e Pelúcio (2007) de que as normas reguladoras do sexo são performativas, dado que reiteram práticas previamente reguladas e reificam-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas que resultam em “*generificação*”. A fala de Emanuelle reforça o argumento de Miskolci e Pelúcio (2007): gênero não é uma questão de uma escolha, mas de uma coibição; conforme explicitado pela seleção lexical” e “*ele [o pai] me batia*”.

Apesar de as travestis e transexuais não compartilharem da mesma auto-identidade percebida, elas experimentarem o mesmo conflito com a ordem vigente de gênero, a qual lhes impede a legislação voluntária da identidade. Nos seus discursos, as travestis denunciaram que, sistematicamente, nas interações sociais, são referidos e referenciados pela utilização de substantivos e adjetivos masculinos. Esta realidade foi explicitada por uma travesti, cujo nome social é Keyla Christinne:

(02) “(...) parece que o povo tem prazer de me chamar de Valdemar (...) gritam meu nome de batismo nas filas, nos bancos, me chamam de senhor, coisas do tipo...é um risinho aqui, um deboche ali, (...) não percebem que sou quase-mulher [jogando o cabelo exageradamente para o lado]”.

O fragmento de discurso de Keyla Christinne (02) indica que o humor é um instrumento de discriminação e humilhação. O mesmo acontece com os demais homossexuais masculinos (SARAIVA; IRIGARAY, 2009). Já a seleção lexical “*quase-mulher*”, utilizada por esta interlocutora, desvela a crueldade existente em se demandar destes indivíduos que se posicionem fora das normas, parâmetros vigentes, que confrontem *categorias rígidas* (BUTLER, 2003), as quais foram socialmente construídas e, historicamente, solidificadas e, finalmente, que se categorizem fora da gramática social, histórica e cultural que dispõem.

Durante toda a sua entrevista, Keyla Christinne, assim como a maioria das entrevistadas, valeram-se uma gestualidade comunicativa exagerada, tom de voz afeminado e uso de gírias.

A gestualidade comunicativa compreende qualquer movimento corporal (gesto, postura, olhar, mímica), que sobrevém no decorrer de uma interação social e que é percebido pelo interlocutor. Para o emissor, estes gestos coverbais exercem uma função cognitiva, a qual lhe parece indispensável ao seu bom desenvolvimento. A rigor, a gestualidade do falante representa um papel importante do ponto de vista da regulação emocional, permitindo uma moderação da emotividade subjacente (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004). Efetivamente, no caso das entrevistadas, os gestos coverbais ocorreram nos momentos mais

dramáticos das entrevistas (relatos de atos de violência e agressões que sofreram) ou, como no caso de Keyla, para reforçar a seleção lexical “*quase mulher*”.

A constante utilização de gírias, a maioria composta de vocábulos derivados das línguas nagô e yorubá (edi, alibã, aqué, por exemplo, que significam nádegas, polícia e dinheiro, respectivamente), exercem uma função críptica identitária. Elas são marcadores de coesão do grupo sexual e social, uma vez que são utilizadas, exclusivamente, pelas travestis e transexuais mais pobres. Quando elas ascendem socialmente, evitam utilizar estas gírias, discriminam e penalizam as que o fazem (PELÚCIO, 2005).

A sensação de “*ter nascido em um corpo errado*” se fez presente, em todos os discursos das entrevistadas. Não obstante, paradoxalmente, as travestis afirmaram “*ter orgulho de pertencer ao sexo masculino*”, de “*não terem a menor vontade de ser mulher*”; “*gostarem muito do que têm entre as pernas*” e que o grande prazer é “*não ser nem uma coisa nem outra, e serem tudo ao mesmo tempo*”.

Assim, apesar de adotarem nomes femininos, tratarem-se por pronomes e adjetivos femininos, usarem roupas femininas, consumirem hormônios femininos e injetarem litros e litros de silicone industrial, num doloroso processo de adquirirem formas femininas – seios, quadris largos, coxas e nádegas grandes – as travestis se percebem como “*homens que desejam outros homens, tão ardentemente, a ponto de se modelarem como o objeto de prazer e desejos destes homens*” (KULICK, 2005:22).

As falas das entrevistadas apontaram para um processo de desnaturalização dos gêneros, à medida que elas reconhecem que sua própria existência como ser humano subverte os conceitos dicotômicos de gênero. Neste sentido, não se pode mais falar de gênero como uma escolha, um simples papel social ou uma roupa que alguém decida usar (BUTLER, 2003).

Mas a sociedade exige esta postura rígida, uma escolha definida. Então, como estes indivíduos se socializam? Como se engajam no sistema produtivo? Este é o objeto da próxima seção.

### ***Na noite nem todos os gatos são pardos... muito menos de dia***

Pelúcio (2005), em sua pesquisa sobre travestis e prostituição, “*Na noite nem todos os gatos são pardos*”, constatou como estes indivíduos são visíveis e vítimas de atos de violência (extorsão, surras, ovadas, assassinatos). De fato, no Brasil, a cada três dias um homossexual é assassinado em virtude de sua orientação sexual (MOTT, 2006), e o Observatório de Segurança (2010) estima que o risco de uma travesti ou transexual ser assassinada, geralmente por arma de fogo, na rua, é 259 vezes superior a dos gays e lésbicas. Atualmente, residem no país, aproximadamente 40 mil travestis e transexuais (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA, 2010) e sua grande maioria trabalha no mercado informal ou indústria do sexo (ABLGT, 2010).

A quase inexistência das travestis no mercado de trabalho é resultado da estigmatização e preconceito dos quais elas são alvos, os quais, muitas vezes, se reificam em atos de violência física, desde a infância. Raros são as travestis que conseguem terminar o ensino fundamental, pois são objetos de discriminação e violência nas escolas. Neste sentido, observa-se uma forte correlação entre a violência experimentada por estes indivíduos e sua baixa qualificação profissional.

Ao analisar os discursos das entrevistadas, três categorias emergiram: rejeição, violência e transitoriedade. A primeira se fez presente nos relatos das interações familiares e sociais (principalmente a escola, na infância e adolescência). A segunda caracterizou-se pela extrapolação da primeira, pois todas as travestis narraram ter sido agredidas física e emocionalmente por parentes, professores, colegas de classe e desconhecidos. A mais sutil de

todas as categorias emergentes foi a transitoriedade. Ficou patente ao longo de suas falas a dificuldade em estabelecer laços afetivos sólidos, exceto com a própria genitora. As interlocutoras, quando questionadas a respeito, afirmaram nunca ter se dado conta de tal fato; mas associaram “*tal possibilidade*” ao medo de serem rejeitadas. No entanto, tudo nas vidas destes indivíduos é transitório, principalmente seus corpos, os quais estão em permanente estado de construção. Mais do que isso, suas histórias de vida foram narradas, às vezes, como um filme policial, no qual elas, as protagonistas, estão sempre em fuga: do lar, da cidade de origem, da polícia, do cafetão, de *pit boys*, do traficante de drogas...

O fragmento de discurso de Débora foi o mais explícito neste sentido:

(03) “*Eu sempre tive esse jeitinho assim de menina. Minha mãe me dava carinho, mas meu pai me espancava. Aliás ele só não, meus irmãos, colegas de escola e até os professores (...) fui expulsa de escola com 9 anos e de casa com 11, então caí na rua. Tinha que fazer programa para me sustentar. Até hoje me viro, moro aqui, ali, vivo como dá (...) corro para cá, corro para lá, sempre tem alguém atrás da gente (...) sei que não posso confiar em ninguém (...) médico só o SUS, e olhe lá, quando alguma ziquizira aparece [esta entrevistada se declarou soropositiva]”*

De todas as relatadas, a história de vida de Débora foi a mais impactante, pois ela foi violentada pelo próprio pai aos 4 anos de idade; espancada, propositalmente queimada com um ferro quente e expulsa de casa aos 11 e, logo em seguida, começou a se prostituir, nas ruas, com menos de 12 anos de idade. À medida que narrava sobre sua vida, mostrava as marcas em seu corpo: queimaduras, facadas e tiros. Em nenhum momento se fez de vítima; seu tom de voz, pelo contrário, muito agressivo e firme, em momento algum, deixou de fitar o interlocutor .

A categoria “violência” foi, de fatom a mais recorrente; não só a física, mas também a psicológica, como desvelado no seguinte fragmento de discurso (04), da jovem Jenniffer:

(04) “*Vim para esse mundo só para levar porrada: do pai, da mãe, dos irmãos, do povo da escola, dos homens, dos pitiboys, da polícia”. Já estou acostumada a viver toda roxa (...) mas isto não é nada perto da solidão, do fato de ser olhada como uma leprosa, ser sacaneada por todo mundo...se lembra daquela música: joga pedra na Geni? Geni sou eu, mas jamais teria um nome tão xulé. Sou Jenniffer, com dois enes e dois efes!”*

Mais uma vez a seleção lexical “*porrada*” se faz presente; mas, no caso desta interlocutora, se destacou a angústia da segregação (“*solidão*”, “*leprosa*”). No entanto, assim como em outras entrevistas, ficou patente que o mesmo humor que pode ser usado como instrumento de discriminação (SARAIVA; IRIGARAY, 2009); no caso das travestis – não tanto das transexuais – é uma estratégia de sobrevivência.

Este “bom humor” se faz presente nas suas narrativas por meio de seus gestos dêiticos, trejeitos, tom de voz exageradamente afeminado, roupas exuberantes, pesadas maquiagens e, também, seus nomes sociais, os quais, geralmente, são duplos e de origem inglesa ou francesa; elas fazem questão de soletrá-los para garantir que haja dois enes, efes ou eles.

Percebeu-se também que as travestis e transexuais se discriminam entre si, não só por classe social (as *tops*, que são mais bonitas ou que fizeram bons “casamentos”), mas também por idade. Esta realidade ficou patente no seguinte fragmento de discurso de Heloísa, uma travesti de meia idade:



(05) *“Nem morta falo minha idade...sou como a Susana Vieira, não passo dos 30, nunca, mas já não tem mais silicone e botox que dê jeito. Lógico que eu queria ter outra vida, ser um doutor; ter uma família, um marido, mas não consegui terminar nem o primário. De primeiro fazia programa, agora trabalho como manicure. Até porque, quem vai pagar para comer uma cacura (homossexual de mais idade)?”*

Heloísa, durante sua fala, revelou como o processo de envelhecimento é difícil para as travestis; não somente para as que trabalham como prostitutas e passam a ter dificuldade em conseguir clientes, conforme explicitado pela seleção lexical *“quem vai pagar para comer uma cacura?”*. Na realidade, as mais velhas passam por um projeto de auto-discriminação. As travestis vivem num eterno e contínuo processo de construção (e busca) do corpo perfeito, cujo limite é determinado pela idade. Numa reflexão sobre sua vida, Heloísa lembrou bons momentos (*“tive meus dias de glória”*), mas também deixou claro que gostaria de ter construído outra vida (ter sido *doutor*, ter uma *família*, *marido*).

Os cinco fragmentos de discursos acima indicam que a miséria, a qual as travestis estão sujeitos, se reifica não apenas no baixo nível de educação formal, mas também na falta de qualidade de vida, saúde precária, instabilidade ou ausência de emprego, condições inadequadas de moradia e mal-estar físico-emocional, como evidenciado, respectivamente, nas seleções lexicais *“expulsa da escola”*, *“SUS e olhe lá”*, *“vim para este mundo para levar porrada”*, *“viver toda roxa”* e *“eu queria ter outra vida”*.

O mal-estar emocional também jaz na percepção por parte das travestis de serem percebidas como mulheres incompletas ou mal-sucedidas. Esta desqualificação, assim como acontece com os homossexuais (IRIGARAY; SARAIVA, 2009), se dá por meio do humor. As travestis são zombadas por sua pretensa feminilidade, bem como associação à homossexualidade, AIDS e prostituição (KULIC, 2008).

Mais do que isso, as entrevistas com as travestis revelou que as mesmas não tem direito ao espaço público, a transitar de dia pela cidade sem ser alvo de algum tipo de agressão. Por diversas vezes, elas mencionaram que as áreas públicas delas são a Lapa e Copacabana. A mesma limitação é experimentada pelas transexuais, as quais são confundidas com as travestis.

Por serem segregados da sociedade, da família e, não raramente, expulsos das escolas, estes indivíduos se veem impelidos à vida à margem da sociedade. De fato sua grande maioria já se prostituiu – ou ainda o faz. Os que não estão “na pista”, no seu linguajar, muitas vezes, também trabalham à noite, em estabelecimentos voltados para o público GLS ou, ainda, em salões de beleza. Ademais, quando aceitas no mercado de trabalho formal, as travestis e as transexuais ocupam posições subalternas e, majoritariamente, operacionais em indústrias específicas (entretenimento, lazer, beleza).

A orientação sexual, por si só, já é fonte de pressão e discriminação no ambiente de trabalho (IRIGARAY, 2008) e, geralmente, quando se trata de políticas de diversidade, a sociedade é mais propensa a aceitar as diferenças étnicas, sociais e de gênero; mas têm resistência à diversidade de orientações sexuais (SIQUEIRA; ZAULIFELLOWS, 2006). Como esta resistência se manifesta na inserção das travestis no mercado de trabalho, sob a ótica desses indivíduos? Suas histórias de vida, nesta dimensão, são o objeto da próxima seção.

### ***Travestis e transexuais no mundo do trabalho: mamãe, eu quero quaser cestos***

Em seu livro “A Sociedade contra o Estado” (1974), Pierre Clastres conta sobre uma tribo de índios, no Paraguai, na qual as tarefas são divididas rigidamente por gênero: os homens vão à caça e pesca; enquanto as mulheres ficam na aldeia fazendo cestos. Entretanto,

se um indivíduo do sexo masculino optar por viver como mulher e ficar na aldeia fazendo cestos, ele pode fazê-lo. As mesmas realidades foram observadas por Darcy Ribeiro (1970) e Ehrenreich (1985), entre algumas tribos brasileiras e equatorianas, respectivamente.

A mesma facilidade, todavia, não existe na sociedade *mainstream* brasileira. Ao optarem por “fazer cestos”, todas as entrevistadas contaram que foram rejeitadas pela família (exceto pela genitora, às vezes), perseguidas nos espaços públicos e, também, nos privados. Samanta, uma jovem de 25 anos conta que:

(06) “*a gente aprende a levar porrada cedo (...) não há um único dia que eu não seja xingada na rua (...) já levei ovada, picharam a porta do meu cafofo (...) nunca fiz programa, sempre trabalhei no salão como auxiliar, manicure e, cabelereira, depois que fiz o curso do SENAC (...) eu sabia que era a única alternativa que eu tinha, ou você acha que eu podia ser uma dentista, professora ou advogada? [em tom de frustração] (...) mas muitos homens se aproximam de mim perguntando quanto cobro”*

As seleções lexicais “*porrada*”, “*ovada*” e “*picharam*”, no fragmento de discurso (06), denunciam o alto custo que existe em se optar por uma identidade sexual não hegemônica. Assim como os demais homossexuais masculinos (IRIGARAY, 2008), travestis também são estigmatizadas como promíscuas e, em seu caso especificamente, percebidas socialmente como prostitutas; pois raras são aquelas que conseguem entrar no mercado de trabalho formal.

Ao falar sobre sua trajetória profissional e a mágoa em não poder ser dentista, professora ou advogada, Samantha lembrou que Laura de Vison (uma famosa transformista carioca da década de 80) era professora de História do Colégio Pedro II (Federal), mas se vestia de homem e usava bandagem para esconder os abundantes peitos, resultado de diversas aplicações de silicone.

Margô, por sua vez, trabalha travestida como cobradora de uma linha de ônibus que serve à Baixada Fluminense. Ela contou que foi contratada como homem e que sua transformação em “*quase-mulher*” ocorreu ao longo dos últimos 10 anos. Ela se referiu à empresa, colegas e passageiros como “*família*”, pois se sente protegida entre eles:

(07) “ (...) *mas eu sei que lá fora não é assim (...) eu dei sorte (...) aqui o que a gente se preocupa é em um ajudar um ao outro nesta vida de cão*”

No seu fragmento de discurso (07), Margô deixa claro que a identificação entre ela e seus colegas e passageiros se dá por uma questão social e pela busca da sobrevivência econômica, conforme desvelado pela seleção lexical “*ajudar um ao outro nesta vida de cão*”.

Margô se percebe como uma pessoa de sorte por ter conseguido um emprego formal por ter burlado a barreira (in)visível, a qual discrimina a entrada das travestis nas empresas. Estas têm adotado uma perspectiva de homogeneidade no seu cotidiano, possivelmente por conta de um ideal de neutralidade e tecnicismo desde a sua origem. Elas lidam com os indivíduos que nelas trabalham como se suas diferenças pudessem ser ocultadas sem maiores problemas sob o manto da formalidade, dos rituais e processos organizacionais, das posições hierárquicas (IRIGARAY, 2008). Negligenciam que no caso dos homossexuais (aqui incluídas as travestis e transexuais), sua orientação sexual tem sido como crime, pecado e patologia pelo Estado, Catolicismo e ciência, respectivamente (LOPES, 2002).

No limite, as empresas assumem que seus empregados separam suas características e interesses pessoais dos profissionais, subjulgando sua dimensão de indivíduo ao “bem comum” organizacional. Esta visão é limitada, uma vez que pode-se identificar a presença de racionalidades concorrentes na organização, e que, portanto, os indivíduos não apresentam

qualquer tipo de clivagem entre quem são, como homens e mulheres, dos papéis e exigências de suas profissões.

No caso das travestis, sua identificação com o que foi construído como socialmente feminino tende a ser rejeitada fora das indústrias da moda, entretenimento e artes, nas quais, pelo contrário, chega a ser valorizada. Estes foram os casos dos maquiadores, cabeleireiros e costureiros entrevistados. Eles narraram como são valorizados e admirados por serem travestis. De fato, uma das entrevistadas chegou a afirmar que:

(08) “o povo sabe que por sermos quase mulheres somos atenciosas, dedicadas, temos glamour, temos o poder, meu bem. Todo mundo só quer saber de cortar cabelo comigo, até os bofes [homens heterossexuais]”.

Neste fragmento de discurso (08), mais uma vez, se fez presente a seleção lexical “quase mulher”; só que desta vez associada ao *glamour*, dedicação e atenção. Estes discursos revelaram que, para a sociedade em geral, as travestis e transexuais, assim como os homossexuais masculinos (IRIGARAY, 2008), são vítimas da lógica androcêntrica que prevalece na sociedade brasileira.

A lógica da dominação masculina faz-se presente em todas as relações sociais, visto que é exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominador quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2007). O exercício desse poder é dado por meio: a) da língua e da linguagem (a maneira de falar, expressões que podem ser utilizadas, uso de gênero); b) da cristalização da maneira de pensar (o homem deve ser mais objetivo que a mulher); c) do culto à forma de falar (o homem deve ser mais silencioso); d) da imposição de estilos de vida específicos (determinação do vestuário, de cores masculinas e femininas); e) pelo controle do corpo (os machos devem ser mais contidos, gesticularem menos); e, principalmente, na divisão de papéis (ativo = masculino e passivo = feminino) nas práticas sexuais. Esse princípio “*cria, organiza, expressa e dirige o desejo*” (BOURDIEU, 2007:31). De um lado, existe o desejo masculino, de posse e dominação erotizada; de outro, o feminino, o qual aquiesce o desejo de dominação masculina, submetendo a mulher a uma subordinação erotizada. Assim, as relações sexuais passam a ser relações sociais, nas quais existe o reconhecimento erotizado da dominação.

Se esta dominação tem um gosto doce e suave, como expresso no fragmento de discurso acima (08), para as travestis que ocupam os lugares que lhes são reservados pelo *mainstream*, o mesmo não se pode dizer para as que se prostituem e tornam-se alvo fácil da violência e da homofobia; nem das que ousam assumir sua identidade sexual nos ambientes de trabalho mais ortodoxos.

Este é o caso de Marcos, um rapaz cujo nome social é Dayane. Ele cse candidatou a uma vaga de caixa, em um supermercado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Desde o início do processo seletivo não omitiu que era homossexual; mas compareceu a todas entrevistas e dinâmicas vestido em roupas ambíguas, as quais junto com a leve sombra nos olhos e brilho nos lábios que costuma usar, lhe conferiam uma aparência andrógena. Marcos/Dayane estava ciente, ao ser contratado, que usaria uniforme masculino; contudo, o ritual de boas vindas e familiarização foi muito além. Ao chegar ao supermercado, seu supervisor e colegas de trabalho levaram-no ao vestiário masculino, cortaram seu cabelo à força, lavaram seu rosto brutalmente e, por diversas vezes, repetiram: “*lá fora você pode ser o que quiser, mas aqui tem que se vestir e comportar como homem. A gente tolera até boiola, mas desde que se vista como homem*”. Marcos se sujeitou a esta humilhação mas, ao fim do expediente, reportou o acontecido ao Departamento de Recursos Humanos, que o contratara. Qual não foi sua surpresa quando, a mesma pessoa que o entrevistara, e tinha se demonstrado afável, lhe

perguntou: “*you already have the job, you don't need to earn a living on the street and want more of what? Ser paparicada?*”

No discurso do representante oficial da empresa, encontra-se a seleção lexical “*toleramos*”. Tolerar significa suportar algo desagradável ou que não se aceita. Não podemos afirmar com exatidão se é o caso desta organização, mas algumas viram-se obrigadas a incorporar/tolerar minorias dentro de seus quadros, em função de política de quotas ou mesmo, pressão da sociedade. Cabe-nos perguntar: por que tolerar e não respeitar? O que foi feito da promessa burguesa de cidadania proferida pelo modernismo?

Os atos de violência impingidos as Dayanes, Emanuelles – e mesmos aos *gays* e lésbicas (IRIGARAY, 2008) – revelam que, realmente, cidadania ainda é uma promessa, a qual só é cumprida para aqueles que possuem capital. De fato, as travestis e transexuais mais ricas, como a Roberta Close, por exemplo, ocupam espaço na mídia, têm acesso aos espaços sociais reservados à elite, nem que seja por mera curiosidade da mesma.

No caso das travestis, ao contrário dos *gays* e lésbicas, cuja identidade social é invisível e pode ser camuflada como *estratégia de sobrevivência* (IRIGARAY, 2007), a classe social *per se* e o nível educacional não facilitam a entrada no mundo corporativo. Efetivamente, as travestis deixam claro estar cientes de que sua aparência física é uma barreira de entrada no mercado de trabalho formal.

Ao longo das entrevistas, as travestis e transexuais se referiram a *mitos e lendas* (suas próprias palavras), como do brasileiro que imigrou para a França e se tornou um respeitado médico, da outra que chegou a ser eleita síndica, prefeita; mas não houve um único relato – nem nas pesquisas realizadas – de uma travesti ou transexual que tenha feito carreira corporativa. Há, apenas, um relato de um executivo norte-americano, da indústria farmacêutica, que fez a operação de mudança de sexo; mas, logo em seguida, foi aposentado (ABLGT, 2010).

Esta realidade é reversível? Os primeiros passos já foram adotados pelos governos estaduais do Rio de Janeiro e Ceará, os quais asseguram a estes indivíduos a utilização de seus nomes sociais nas escolas e instituições públicas. No entanto, cabe aos poderes Executivo e Legislativo, em Brasília, formularem e aprovarem leis que garantam a estes indivíduos sua cidadania (educação, saúde, trabalho) e que, também, criminalizem a homofobia, visando a garantir seu acesso aos espaços públicos. Ademais, é de responsabilidade da academia estudar e discutir as realidades destas cidadãs, resgatando-as da invisibilidade e silêncio que lhes são impostos. Quanto às empresas, cabe-lhes formular e implementar, eficientemente, políticas que viabilizem a inclusão das travestis e transexuais em seus quadros de empregados, bem como sua ascensão organizacional.

### **Para concluir**

Esta pesquisa originou-se num esforço individual de se encontrar uma colocação profissional para uma jovem, cuja identidade sexual é não-heterogênea. Mergulhar no universo destes indivíduos, no caso as travestis e transexuais, significou re-ordenar o mundo e entender que *queer* é ir além de, meramente, questionar o repertório dicotômico existente. É buscar apreender o mundo pelo olhar de sujeitos que vivem em conflito com a ordem de gênero vigente, indivíduos que são silenciados, ignorados, perseguidos e assassinados.

A pesquisa de campo realizada, a qual consistiu em 10 entrevistas com travestis e 4 com transexuais, indicou que estes indivíduos não constituem uma categoria identitária homogênea; pois, dentro desta, há subdivisões em função de etnia, classe social e faixa etária.

A grande maioria não teve acesso à escola e, conseqüentemente, estão excluídos do mercado de trabalho. Em geral, as travestis e transexuais têm baixa educação formal, saúde precária, baixa renda, ausência / instabilidade de emprego e condições precárias de moradia.

A miséria e a violência experimentadas, no Brasil, por estes indivíduos são decisivas para decidir o seu destino: a grande maioria se prostitui e, os que conseguiram entrar no mercado de trabalho formal, exercem funções operacionais; mesmo assim, são vítimas de agressões, violência e intolerância por parte de seus colegas de trabalho, inclusive nas empresas que afirmam possuir políticas de diversidade e respeito às diferenças.

Por estes motivos, as travestis e transexuais devem ser incorporados na agenda de discussão sobre diversidade nas organizações, assim como foram os homossexuais, negros, mulheres, bem como os deficientes físicos e mentais. Deve ser o papel fundamental da academia defender o *advocacy*, ou seja, a defesa de direitos de todo e qualquer indivíduo, quando houver risco de violação dos mesmos; pois, não serão sujeitos individuais que modificarão a ordem vigente, mas sim grupos organizados que busquem articular alternativas ao que existe (BUTLER, 2006:16).

Cabe a nós, portanto, estabelecer uma agenda política, a qual traga para a arenas das organizações o compromisso de tornar as travestis e transexuais – assim como toda e qualquer minoria - qualificados como seres humanos, cidadãos e, assim, garantir-lhes um mundo habitável e mais acolhedor, como todos nós merecemos ter e viver.

## Referências

- ABLGT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis [online]. [www.ablgt.org.br](http://www.ablgt.org.br). Arquivo capturado em 12/01/20010.
- ALVES, M.; GALEÃO-SILVA, L. **A Crítica da Gestão da Diversidade nas Organizações**. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 21, p. 18-25, 2004.
- BAHKTINE, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacra et Simulation**. Paris: Gallimard, 1968.
- BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BENEDETTI, M. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENHABIB, S. **Postmodernism and Critical Theory: On the Interplay of Ethics, Aesthetics and Utopia in Critical Theory**. Cordozo Law School Review 11, p.1435-1449, julho / agosto 1990
- BOURDIEU, **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertand, 1999.
- BUTLER, J. **Deshacer del dénero**. Barcelona: Paidós, 2006.
- CACP [on line]. **Centro Apologético Cristão de Pesquisas**. <http://www.cacp.org.br> Arquivo capturado eletronicamente no dia 07/02/2007.
- CAMARGO, J.; Almeida, H. **Human capital investment and poverty**. Rio de Janeiro: PUCRio, 1994. (Texto para discussão, n. 319).
- CARRIERI, A. **Pesquisa sobre estratégia: do discurso dominante a uma nova narrativa**. In: ENANPAD, 22º, 1998, Foz do Iguaçu: Anais..., 1998, CD-ROM.
- CAVEDON, N.; FERRAZ, D. **O Reflexo do simbólico nas estratégias dos permissionários do viaduto Otávio Rocha**. In: 3Es, 1º, 2003, Curitiba: Anais..., 2003, CD-ROM
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CLASTRES, P. **A Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 1974.
- DEBERT, g. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral**. In: CARDOSO, R. A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DENIZART, H. **Engenharia Erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DOTY, A. **Flaming Classics: Queering the film canon**. London: Routledge, 2000
- DUMARSAIS, C. **Des tropes ou des differents sens**. Paris: Flammarion, 1968.

- EHRENREICH, J. **The political anthropology of Ecuador**. Albany: Cambridge Press, 1985.
- FLEURY, M. **Gerenciando a Diversidade Cultural: experiência de empresas brasileiras**. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 40, n.3, p.18-25. São Paulo: julho / setembro 2000.
- FONTANIER, P. **Les figures des discours**. Paris: Flammarion, 1968.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia as ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos**, vol. IV. São Paulo: Galimard, 1994
- FRY, P. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008.
- GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Englewoods Clif: Prentice Hall, 1967.
- GERGEN, K. **The concept of self**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1991
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1963.
- GOLDENBEG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUIMARÃES, A. **O Programa Brasil sem Homofobia**. O Social em Questão, ano XI, no.20. Rio de Janeiro: 15
- GUMPERZ, J.; HYMES, D. **The ethnography of communication**. American Anthropologist, 66 (6), p.2-24, 1964.
- HARRIS, C. **Acknowledging lesbians in the workplace: Confronting the heterosexuality of organizations**. Paper presented at the annual meeting of the Academy of Management, Dallas, TX, 1994.
- HASSARD, J. **Sociology and Organization Theory: Positivism, Paradigms and Postmodernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOGG, M.; TERRY, T. **Social Identity and self-categorization processes in organizational contexts**. Academy of Management Review, Vol 25: 121-140, 2000.
- INTERAGIR [online]. **ONG Interagir**. [www.interagir.org.br/politica/boletim/arquivos](http://www.interagir.org.br/politica/boletim/arquivos). Arquivo capturado eletronicamente em 08 de fevereiro de 2007
- IRIGARAY, H. **Discriminação por Orientação no Ambiente de Trabalho: Uma Questão de Classe Social? Uma Análise Sob a Ótica da Teoria *Queer***. III EnAPG. Salvador: Anais EnAPG, 2008.
- LOPES, D. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002
- MOTT, L. **Homofobia no Brasil**. Arquipélago: revista de livros e idéias, no. 7. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, p. 19-21, outubro de 2006.
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA [online] [www. Observatoriodeseguranca.org /dados/debate](http://www.Observatoriodeseguranca.org/dados/debate). Arquivo capturado em 08/02/2010
- PLUMMER, K. **Sexual stigma: an interactionist account**. Londres: Routledge & KeganPaul, 2005.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1970.
- RUBIN, H.; RUBIN I. **Qualitative Interviewing; the art of hearing data**. California: Sage Publications, 1995.
- SARAIVA, L.; IRIGARAY, H. **Humor e Discriminação por Orientação Sexual nas Organizações: Um Estudo sobre Histórias de Vida**. XXXIII EnANPAD. São Paulo: Anais EnANPAD, 2009
- SEARS, J. Thinking Critically / Intervening Effectively About Heterosexism and Homophobia: A Twenty-Five Year Research Perspective. In: SEARS, J. e WILLIAMS, W.

(Ed.) **Overcoming Heterosexism and Homophobia**. New York: Columbia University Press, 1997, p.15.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SEABRA, A. **Escolaridade, salários e empregabilidade**: implicações no mercado de empregos do Rio de Janeiro. 2002. 58 f. Dissertação (Mestrado) –Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, M.; FERREIRA, R.; ZAULI-FELLOWS, A. **Gays no Ambiente de Trabalho: Uma Agenda de Pesquisa**. XXX EnANPAD. Salvador: Anais EnANPAD, 2006.

SOARES, R.; GONZAGA, G. Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação? Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1997. (Texto para discussão, n.380). PUC-Rio, 2008, p. 61-89.

THOMPSON, V.; NOEL, J. e CAMPBELL, J. **Stigmatization, Discrimination, and Mental Health The Impact of Multiple Identity Status**. American Journal of Orthopsychiatry, Vol. 74, No. 4, p. 529-544, 2004.

WODAK, R. **Gender and Discourse**. Londres: Sage, 1997.